



CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: ANÁLISES E TENDÊNCIAS MERCADOLÓGICAS PARA AS PRÓXIMAS DÉCADAS.

**Cibelli De Medeiros Pickler
Rudimar Antunes Da Rocha**

RESUMO

O artigo permite a reflexão do Sistema Educacional Brasileiro, através da visão holística de sua configuração, acoplando cinco eixos de interesse: Educação Regular, Religiosa, Militar, Profissionalizante e Corporativa. Dessa configuração há um olhar às modalidades existentes de ensino e formação profissional, bem como das tendências emergentes do mercado de trabalho. A metodologia utilizada parte de bases qualitativas, por meio de levantamento documental bibliográfico histórico que permitiram atingir os propósitos da pesquisa. O período de levantamento e análise destas informações ocorreu no primeiro semestre de 2011. Os resultados permitiram visualizar novas tendências de mercado para a educação do Brasil e refletir sobre a nova Configuração do Sistema Educacional Brasileiro, contemplando os níveis e modalidades de formação educacional. A proposta em pauta ultrapassa os ordenamentos, contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96), pois traz a superfície níveis de interesses emergentes da educação nacional e mundial para as primeiras décadas do século XXI. Conclui-se, ainda, que é urgente um olhar pró-ativo e institucionalizado para a educação corporativa no Brasil.

Palavras-Chave: Sistema Educacional Brasileiro. Tendência de Mercado. Educação Corporativa.

1 INTRODUÇÃO

Qualquer sistema educacional só é um sistema se tiver uma entrada facilitada, uma continuidade garantida e na sua saída uma coesão com os seus princípios. Sendo que, um sistema educacional de um país que, busca um bem estar social, para o seu povo tem como ponto principal à formação do cidadão completo, humanista e transformador (LEITE, 2005).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi criada na Constituição Federal de 1934 com a missão de ordenar o Sistema Educacional Brasileiro. Desde então, três versões foram promulgadas: a primeira em 1961, a segunda em 1971, e a última que está em vigor a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. A LDB em sua atual conjuntura objetiva, dentre outros aspectos, a gestão democrática do ensino público, a autonomia pedagógica e administrativa das escolas, além de prever a formação e carreira de docentes, bem como fomentou a criação do Plano Nacional de Educação (PNE). O Sistema Educacional Brasileiro contemplado na LDB/96 busca redesenhar os níveis e modalidades de ensino existentes, desde os níveis da educação infantil ao ensino superior, além de outras modalidades, como a educação especial, profissional, indígena e a Educação a Distância (EaD).

No entanto, seu conteúdo contempla em maior parte as diretrizes da Educação Regular, mencionando ligeiramente outras modalidades de educação consolidadas ao Sistema de Ensino, que merecem detalhamento e enquadramento na configuração Global da Educação Brasileira. Como exemplo de outras modalidades, a Educação Militar que tem seu ensino regulamentado pela Lei n. 7.549/86 da Aeronáutica, a Lei n. 9.786/99 do Exército e a Lei n. 11.279/06 da Marinha; assim como a Educação Religiosa considerada o berço da educação formal no país através da Igreja Católica. Já, a formação Profissionalizante tem na LDB maior detalhamento, sendo complementada pelo Decreto n. 2.208 de 17 de abril de 1997. E por fim, a Educação Corporativa que teve seu advento a partir do aumento dos mercados concorrentes que forçou as empresas a investirem na aprendizagem organizacional.

Razões pelas quais, este artigo analisa a configuração do Sistema Educacional Brasileiro e suas tendências mercadológicas. O Sistema Educacional Brasileiro possui pelo menos cinco vertentes bem definidas: a Educação Regular, Militar, Religiosa, Profissional e Corporativa. A premissa central que se busca sugerir, refere-se a uma nova concepção do Sistema Educacional Brasileiro, tendo em vista que estudiosos no assunto consideram basicamente os níveis e modalidades da Educação Regular, não levando em conta outras modalidades ou áreas de ensino, abordadas neste artigo. Além disso, a pesquisa delineou as principais modalidades de educação presentes no Brasil, propondo ao leitor uma visão holística do retrato dos diferentes eixos de educação existentes. Neste sentido, torna-se interessante entender a evolução história da educação no Brasil, pois permitiu apresentar reflexões sobre a Configuração do Sistema Educacional Brasileiro.

2 METODOLOGIA

O plano de pesquisa quanto aos fins se fundamentou na análise descritiva que de acordo com Richardson (1985) deseja-se descrever as características de um determinado fenômeno. Na concepção do Malhotra (2006, p. 102) a pesquisa descritiva “é um tipo de pesquisa conclusiva que tem como principal objetivo a descrição de algo – normalmente características ou funções do mercado”. Quanto aos meios, o estudo caracteriza-se como documental e bibliográfica. Na visão de Vergara (2007) a análise documental, refere-se à pesquisa em documentos conservados em órgãos públicos e privados de qualquer natureza, sendo os registros, anais, ofícios, balancetes, filmes, fotografias, entre outros. A pesquisa bibliográfica é o estudo desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, internet, etc., permitindo o acesso do público em geral (FLICK, 2004; HAIR Jr. *et al.*,

2005). A coleta de dados foi realizada a aplicação da Análise de Conteúdos, extraídos de documentos de fonte secundárias. À análise dos dados considerou-se o aporte qualitativo, pois foram usadas técnicas de análise-documentária de conteúdo ou histórico, isto é, bases qualitativas (RICHARDSON *et al.*, 2007). O universo da pesquisa foi o Sistema Educacional Brasileiro em suas várias áreas e modalidades. A amostra foi delineada em cinco eixos de formação educacional: Regular, Profissionalizante, Militar, Religiosa ou Corporativa.

3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Os primeiros indícios de educação no Brasil surgem das práticas religiosas e culturais dos diversos povos indígenas que habitavam as terras brasileiras. A educação dos índios era basicamente lúdica, participativa e liberal. A estratégia da coroa portuguesa para ajustar seus interesses com pouca resistência indígena foi o envio de Jesuítas na expedição colonizadora portuguesa em 1549. Eles trouxeram práticas pedagógicas de sensibilização e aprendizagem idéias para converter os silvícolas à fé católica. O modelo catequético de educação implantado por aqueles religiosos perdurou por 210 anos e deixou fortes marcas na cultura brasileira (BOAS, 2008).

Em 1760, o Marques de Pombal expulsa os jesuítas do território brasileiro, e um novo modelo de educação é imposto. Desta vez, voltado aos interesses da Colônia Portuguesa, havendo uma total ruptura com o modelo estabelecido pelos jesuítas aplicado à fé católica (BELLO, 2001). Com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808, Dom João VI construiu um novo modelo de educação. Ele funda academias militares, escolas de direito e medicina, a biblioteca real, o jardim botânico e a imprensa régia (LUKESI *et al.*, 1995).

Com a independência do Brasil de Portugal em 1822, Dom Pedro I faz inúmeras promessas de impulsionar a educação no Brasil. Porém, somente em 1824 é criada a primeira Constituição do Brasil, esta constituição pregoava que a instrução primária seria gratuita a todos. Uma década se passou para que em 1834 fosse inserido o fato de que as províncias seriam responsáveis pelo ensino primário e secundário. No entanto, essas ações não saíram do papel, e a educação fica por um longo período adormecido. Mesmo com a proclamação da República em 1889 e das várias tentativas de reformas, como a de Benjamin Constant, Anísio Teixeira, João Luiz Alves, para alavancar a educação formal, não surtem resultados positivos (BELLO, 2001). A Revolução de 1930 passa a ser a mola propulsora para incentivar a educação, pois a inserção do modelo de produção capitalista obrigou o país a investir no ensino. Aquela realidade econômica fomentou o mercado competitivo, ao mesmo tempo em que demandou num capital humano mais especializado. No mesmo ano é criado o Ministério da Educação e Saúde, e em 1931 foi criado pelo decreto n. 19.851 o estatuto que regulamentou as universidades Brasileiras.

No período denominado de Nova Republica (1940 a 1963) a educação formal no Brasil passou por grandes debates. Assim, em 1962 destaca-se a criação do PNE e PNA inspirados no método Paulo Freire. Com o golpe militar em 1964 todas as tentativas de expansão da educação foram minimizadas, tratadas como “comunizantes e subversivas”. A consequência foi à revisão da LDB, de 1971, que teve por objetivo a formação profissionalizante para o aumento da produção brasileira (BELLO, 2001; BOAS, 2008).

A abertura política no final da década de 90, o Brasil começa a tecer ações para o desenvolvimento da educação superior, por meio da promulgação das leis no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, incrementando em uma escala diferenciada o número de IES ao novo panorama educacional (BOAS, 2008). Em 1996, é promulgada a LDB vigente, que busca descentralizar e flexibilizar os processos educacionais no país, porém instituem-se formas de controles e avaliações, como a criação do Provão pelo Ministério da Educação para os alunos de ensino superior realizar no final do curso. Surgiu também nesta década no Brasil uma nova forma de aprendizagem, a corporativa, com ensino técnico e

superior em nível de graduação e pós-graduação voltada para a missão e objetivos organizacionais, a fim de personalizar os cursos à realidade empresarial (EBOLI, 2004).

O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) caracterizou pelo incentivo à educação superior, com a ampliação do número de Universidades Federais, tendo sido criadas em sua gestão 13 novas unidades. Outra inovação deste governo foi a criação do ProUni (Programa Universidade para todos) que é considerado pelo MEC o maior programa de bolsas de estudos realizado na educação brasileira. Destacadas as principais passagens históricas da evolução educacional no país é possível o entendimento e reflexão da visão holística do Sistema Educacional Brasileiro, defendido neste artigo.

4 OS EIXOS CENTRAIS DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

O Sistema Educacional Brasileiro no contexto atual do país é retratado a partir do Eixo Central “Educação” ramificados em 5 eixos elementares, isto é: Educação Regular, Religiosa, Militar, Profissionalizante e Corporativa. A Figura 01 permite a visualização, com base na referida perspectiva, da Configuração do Sistema Educacional Brasileiro hodierno.

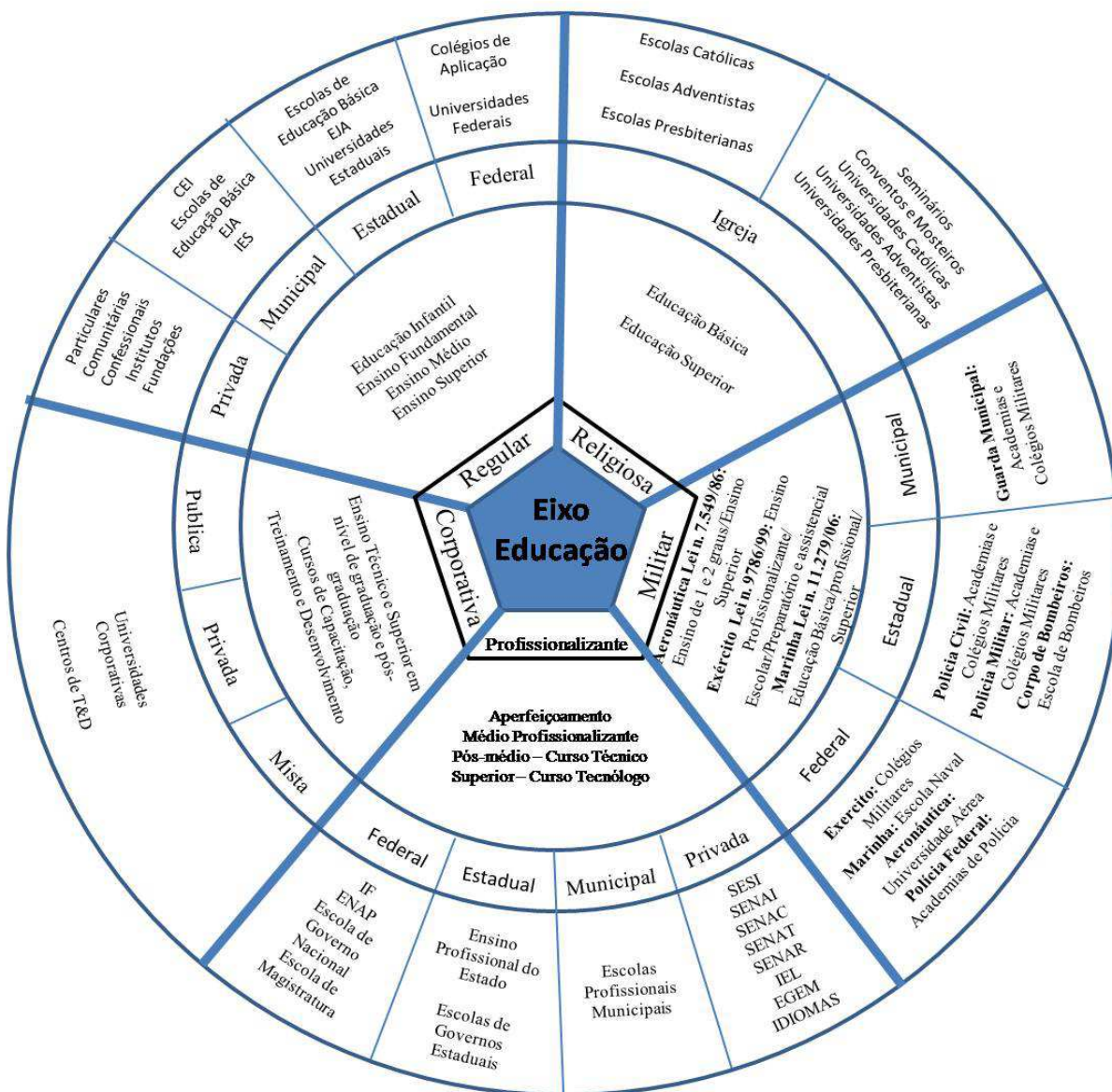


Figura 1: A Configuração do Sistema Educacional Brasileiro
Fonte: Elaborado pelos Autores.

Nesta configuração é possível entender a estrutura da educação formal nos diversos níveis e interesses contemplados no Sistema Educacional Brasileiro. Esse sistema não está fechado, mas aberto para novos olhares, podendo integrar outras modalidades ou eixos, até que se configure com maior plenitude todo o Sistema de Educação do país. Na seqüência, descrevem-se os eixos propostos na Configuração do Sistema de Educação Brasileiro, quais sejam: *Eixo da Educação Regular*, *Eixo da Educação Religiosa*, *Eixo da Educação Militar*, *Eixo da Educação Profissionalizante* e o *Eixo da Educação Corporativa*.

4.1 O Eixo da Educação Regular

A LDB de 1996 parametrizou a educação regular em dois níveis: educação básica composta pela educação infantil, ensino fundamental e médio; e, a educação superior responsável pela graduação e as pós-graduações (aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado). A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando a formação para o exercício da cidadania e meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, conforme apregoa a LDB (1996) em seu art. 22.

Um sistema de ensino educacional brasileiro, por meio das autoridades responsáveis, cabe a oferta de condições necessárias à relação educando e educador. É ressaltado, que não devem ser esquecidos os aspectos culturais, regional e local, da realidade do indivíduo na sua formação. Neste sentido, a Educação Básica ultrapassa as fronteiras dos níveis, Infantil, Fundamental e Médio, para incluir a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a Educação de Jovens e Adultos (LDB, 1996).

Já, na esfera da Educação Superior são abrangidos os cursos e programas dos cursos seqüenciais por campo de saber, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, especialização, aperfeiçoamento e outros; de extensão, desde que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino (LDB, 1996, art. 44).

Quanto às esferas autorizadas em ofertar o ensino superior, o art. 45 da LDB refere-se às instituições públicas e privadas em grau de abrangência e especializações diversas. Outro aspecto a sublinhar do Ensino Regular é o enquadramento da Educação Especial, que deve ser oferecida pela rede regular de ensino aos portadores de necessidades especiais (LDB, 1996).

4.2 O Eixo da Educação Religiosa

A educação religiosa surgiu como componente da missão da igreja. Era focada no protestantismo conservacionista, no salvacionismo e nas práticas eclesiais e litúrgicas (REGA, 2004). Na concepção de Rega (2004) a Educação Religiosa é diferente da Educação Cristã e da Educação Teológica, cada um com suas características, quais sejam: na Educação Cristã a concepção é filosófica, teológica, política, sociológica e psicológica da educação em geral; já na Educação Teológica é aplicada na formação ministerial e na pesquisa teológica; e a Educação Religiosa é aplicada a realidade da igreja local.

A Educação Religiosa dentro do Sistema Educacional Brasileiro atual está inserida apenas como uma disciplina na matriz curricular do ensino regular. Não considerando os aspectos culturais e históricos que esta modalidade de educação deixou para o país. Devendo ser concebida como uma modalidade de educação voltada para as questões da fé e espiritualidade.

A LDB (1996, art. 33) descreve o ensino religioso, como uma “matrícula facultativa, parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”.

O sistema atual da Educação Religiosa no país esta voltada para o currículo, com ênfase na estrutura e metodologia, o sistema é conteudista ao invés de ser orientado para os objetivos educacionais, além de utilizar uma filosofia fragmentária de ensino. Por sua vez, há vários modelos que podem ser seguidos para Educação Religiosa, como o Modelo Humanista, Situacionista, Pragmático, Academicista, Especialista, Social-Comunitário e Afetivo. Porém, cada um desses modelos envolve apenas aspectos individuais do sujeito, e que a idéia é criar um envoltório de um Modelo Integral de Educação Religiosa com objetivo de formar o educando com saberes, reflexivo, com capacidade de conviver, de fazer, de ser e de sentir (REGA, 2004).

4.3 O Eixo da Educação Militar

O Eixo da Educação Militar está presente em todos os países do mundo desde os primórdios da civilização. A educação militar surgiu da necessidade de se ensinar o cidadão para atuar nas forças armadas indispensáveis à soberania de um povo, território ou ideologia. No caso brasileiro, a LDB (1996), em seu art. 83, apregoa que “o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino”. O Ensino Militar privilegia algumas formas de transmissão de conhecimentos, como o “método” da Demonstração, da Ilustração e o da Exposição.

Pereira (1941b, p. 20) escreve que o “método” da Demonstração é o mais eficaz, na maioria dos casos, por atrair, manter a atenção e o interesse dos alunos, pois visa a tornar evidente a aplicação prática da noção teórica ministrada, de modo que ao instrutor “cabe fazer com que o ensino de qualquer noção, seja sempre precedido ou seguido da demonstração prática de sua utilidade em campanha”. A educação militar atende a defesa terrestre, aérea e marítima, bem como a segurança pública civil e militar da população.

A Lei nº 7.549/86 define que “o Ministério da Aeronáutica manterá sistema de ensino próprio, com a finalidade de proporcionar ao seu pessoal militar, da ativa ou da reserva, e aos civis, a necessária habilitação para o exercício”.

A Lei nº 7.549/86 disciplina, ainda, que os diplomas e certificados expedidos pelo sistema de ensino do Ministério da Aeronáutica terão validade nacional, ao serem registrados no órgão central do referido sistema de ensino, e que os processos de equivalência ou de equiparação dos cursos desse sistema com os cursos civis serão encaminhados junto aos órgãos próprios do sistema educacional. Isto significa dizer que o sistema de ensino da Aeronáutica é um sistema autônomo de ensino, com suas peculiaridades, podendo, entretanto, seus cursos serem declarados equivalentes aos cursos civis pelos órgãos próprios do sistema educacional, nos termos da legislação educacional vigente (MEC, 2008).

A referida lei considera as atividades do ensino no Ministério da Aeronáutica: as pertinentes ao conjunto integrado do ensino e da pesquisa; os cursos e estágios de interesse da Aeronáutica; e as de caráter assistencial e supletivo.

Já, Lei 9.786/99 define critérios do Sistema de Ensino do Exército Brasileiro, tendo a finalidade de qualificar os recursos humanos para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções previstas, na paz e na guerra, em sua organização. Este sistema “compreende as atividades de educação, de instrução e de pesquisa, realizadas nos estabelecimentos de ensino, institutos de pesquisa e outras organizações militares com tais incumbências, e participa do desenvolvimento de atividades culturais” (LEI 9.786, 1999, art. 2).

Por sua vez, a Lei 11.279/06 foi à última a ser promulgada no âmbito do ensino militar, na qual regulamenta a educação militar da Marinha. Em seu conteúdo, ela determina que o ensino, nesta modalidade, oferece processo contínuo e progressivo de educação,

atualizado e aprimorado, desde a formação inicial até os níveis mais elevados de qualificação, com objetivo de prover aos marinheiros o conhecimento básico, profissional e militar-naval necessário ao cumprimento de sua missão constitucional.

Sandes (2007) refere-se à segurança pública, destacando que a Polícia Militar como uma instituição organizada com bases na hierarquia e disciplina, tendo como missão constitucional à polícia ostensiva e preservação da ordem pública, sendo considerada, para fins de mobilização e defesa nacional, força auxiliar do Exército Brasileiro. Acrescenta, que a partir do ano de 2001, após diversos episódios veiculados nas mídias sobre o despreparo profissional e a violência policial, o Governo Federal, passou a exigir dos estados brasileiros uma reforma nas bases curriculares das escolas de formação de policiais, através de um programa denominado "Bases Curriculares para Formação dos Profissionais de Segurança do Cidadão". O incentivo do governo na formação e qualificação dos oficiais passou a quebrar o monopólio de coerção da polícia militar e dos meios de repressão estaduais, buscando um foco na cidadania. Neste sentido, a escola passa a ter papel fundamental como mecanismo ideológico na formação das diversas classes para reprodução dos meios de produção (SANDES, 2007).

Hoje, a modalidade de ensino militar está estruturada por meio de regulamentações específicas, que norteiam as bases e princípios para alcance dos objetivos que as constituem. Podemos citar na Aeronáutica, a Universidade Aérea, o ITA, AFA, EPCAR; na Marinha a Escola Naval; e no Exército diferentes órgãos especializados, como IME, AMAN, ESA, ExPCEX. Da mesma forma, as demais instituições de segurança pública como Polícia Federal, Civil, Militar, Corpo de Bombeiros, possuem suas escolas militares, academias de polícia ou parcerias financiadas pelos Governos Estaduais e União com instituições de ensino para a formação e qualificação dos oficiais.

4.4 O Eixo da Educação Profissionalizante

Na década de 70 a sociedade passa por um momento de transformações políticas e econômicas, bem como a emergente necessidade de se levar o ensino prático à mão-de-obra operária para o aumento da produção em série. Essa necessidade de treinamento da classe trabalhadora alavancou a Educação Profissionalizante no país.

Vale destacar, que nessa época a sociedade tem a idéia de que o ensino normal ou secundarista eram privilégios econômicos aos que se destacavam pelo saber. Já o ensino profissionalizante era direcionado àqueles que executavam as tarefas manuais. Com a abertura do mercado de produção capitalista, novas formas de organização e de gestão modificaram o mundo do trabalho, passando a exigir um capital humano mais qualificado, com competências e habilidades voltadas para a tomada de decisões.

Hoje, educação profissional não mais consiste em simples instrumento de **política assistencialista** nem se resume à simples preparação do indivíduo para execução de um determinado conjunto de tarefas. Pelo contrário, depois da nova **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei Federal 9.394/96, educação profissional passou a significar muito mais: o domínio operacional de um determinado fazer, acompanhado da compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões (PRATTEIN, 2011).

De acordo com a LDB (1996), a Educação Profissional integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, abrangendo os cursos de formação inicial e continuada de qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; de educação profissional tecnológica de

graduação e pós-graduação; podendo ainda, estar articulada com o ensino regular ou com a educação continuada, quer em instituições especializadas quer em instituições empresariais.

Salienta-se, que a LDB reconhece a Educação Profissional como uma modalidade de ensino, dentro da chamada habilitação profissional, sendo validado o reconhecimento e a certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos em outros níveis de conhecimento.

4.5 O Eixo da Educação Corporativa

A competitividade das organizações decorrentes da globalização fez fortalecer outro patamar do Sistema Educacional desenvolvido pelas corporações. As tendências hodiernas estão voltadas ao mundo corporativo como a postura para o autodesenvolvimento e à aprendizagem contínua dos profissionais, além de possibilitar o aprimoramento de atitudes, habilidades e competências para as organizações.

Por sua vez, existe um comprometimento por parte da empresa com a educação de seus colaboradores, nascendo a partir daí o desenvolvimento de talentos humanos alinhados as estratégias organizacionais (EBOLI, 2004).

Há pelo menos 40 anos se discute a Educação Corporativa, desde o lançamento da Crotonville, em 1955, pela General Electric. No final da década de 80 surgem as Universidades Corporativas como complemento estratégico do gerenciamento, do aprendizado e do desenvolvimento dos funcionários de uma organização (MENEZES, 2011).

A educação corporativa busca o desenvolvimento do quadro de pessoal, objetivando a obtenção de melhores resultados nos negócios. Trata-se de um modelo estruturado utilizado para transmitir conhecimentos específicos sobre determinados assuntos dos quais os funcionários possam estar apresentando alguma deficiência, e também para prepará-los para os desafios vindouros (MARTINS; FUERTH, 2008).

Eboli (2004) cita cinco fenômenos para o surgimento desta modalidade de ensino corporativo: organizações flexíveis, com capacidade de dar respostas rápidas ao turbulento ambiente empresarial; era do conhecimento, no qual o conhecimento é a base para a formação de riqueza; rápida obsolescência do conhecimento, devido ao sentido de urgência; empregabilidade, ocasionado pela mudança de percepção com foco na capacidade de empregabilidade permanente; e por fim, educação para estratégia global, formando pessoas com visão global e perspectiva de negócios.

A educação corporativa vem sendo empregada para descrever ações de treinamento e desenvolvimento de pessoal, englobando tanto as que são feitas a distância, como as presenciais. Ao contrário do que acontecia no passado, às organizações hoje precisam mais do que simplesmente treinar os seus funcionários, é preciso dar-lhes uma formação mais ampla e continuada, e isso se enquadra melhor no conceito de educação corporativa (MARTINS; FUERTH, 2008).

As Organizações começaram a perceber que não podiam mais depender das Instituições de Ensino Superior, para qualificar seus colaboradores, decidindo partir para criação de suas próprias "universidades corporativas", com o objetivo de obter um controle mais rígido sobre o processo de aprendizagem, vinculando de maneira mais estreita os programas de aprendizagem as metas e resultados estratégicos reais da empresa (MENEZES, 2011).

Exemplo disso, Kahney (2009) descreve que a Pixar, empresa fundada por Steve Jobs, financia atualmente o desenvolvimento da carreira de seus empregados, passando de um negócio centrado em idéias para um negócio centrado nas pessoas. A Universidade Pixar

passou a fazer parte da cultura organizacional, e possui programas de treinamento no próprio local de trabalho que oferece centenas de cursos de arte, animação e produção de filmes.

Martins e Fuerth (2008) confirmam que a educação corporativa faz parte de um sistema de aprendizagem por meio do qual os recursos humanos são aperfeiçoados para a vida, de forma assistemática, e por meio da educação formal, não formal e informal, de forma sistemática.

5 O MERCADO EMERGENTE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Há correntes distintas sobre a evolução do conhecimento e do saber do indivíduo dentro da escola, de um lado a predominância do conservadorismo, conforme apresentado por Kiyosaki e Lechter (2000), no livro “Pai Rico, Pai Pobre”, de que a escola prepara as crianças para o mundo real, aquelas que estudarem com afinco encontrarão um bom emprego no futuro e maiores oportunidades de sucesso. A grande influencia dos pais na decisão dos filhos quanto à escolha da profissão. Por sua vez, França; Gonçalves (2006) complementa esse raciocínio, sinalizando que emerge do ambiente familiar a decisão de se educar os filhos. Para ele, isso decorre do nível de educação dos pais, ou seja, pais com elevado nível de capital humano terão filhos com nível educacional semelhante ou até mesmo superior.

A outra vertente, inovadora, emerge com o ingresso das tecnologias de web, por meio dos recursos de comunicação e interação, que trouxe oportunidades de formação e qualificação à população. No entanto, hoje, as escolas ainda estão despreparadas para acompanhar o ritmo das mudanças no mundo do trabalho e de entender a importância de se antecipar a essas mudanças. Uma parte das organizações educacionais vai se preparar as mudanças, outra parte permanecerá conservadora, cada qual com propostas diferentes (MORAN, 2005).

Steve Jobs esteve à frente de duas grandes empresas de sucesso, a Apple e a Pixar. Na Apple possuía uma posição conservadora do seu pessoal, ou seja, demitia funcionários sem pudores e contratava apenas os “gênios”, aliás, sua luta era contratar os melhores. No entanto, na Pixar Filmes, criou a Universidade Pixar, tendo por princípio dar a oportunidade de aprender, de criar, e de trabalhar com pessoas talentosas sem distinção entre elas (KAHNEY, 2009).

Moran (2005) informa que uma das tendências das organizações educacionais se refere à concentração de redes ou grupos, em grandes proporções de alcance nacional e latino-americano, de prestígio intelectual e gerencial com capacidade para inovação. Aquelas que detiverem de tais competências dominarão o mercado. As instituições educacionais diminuirão seus espaços físicos, com menores investimentos em prédios, e aumentando os serviços conectados a internet, equilibrando em aulas presenciais e virtuais. Complementa, afirmando que os cursos terão menos durabilidade e deverão ser realizados de forma contínua, ou seja, voltados para a aprendizagem contínua. O processo de aprender será personalizado para cada aluno, respeitando as diferenças individuais para aprendizagem.

Neste sentido, o mercado de trabalho quer absorver indivíduos com alto potencial para aprendizagem e retenção de conhecimentos, de forma que as instituições de ensino deverão acompanhar essa tendência, ofertando mecanismos didáticos por meio dos recursos tecnológicos, que possibilitarão o aprendizado contínuo do indivíduo de forma rápida e concreta. Por isso, as organizações educacionais menores terão dois caminhos: fazer parcerias com as grandes instituições, de forma atrair alunos aos locais para desenvolver atividades presenciais, ou ser referência em determinadas áreas de maneira a ocupar mercados para públicos específicos (MORAN, 2005).

Essa tendência se reflete o surgimento das Universidades Corporativas, que se expandem em maior escala nas grandes organizações, como meio mais rápido de capacitar

profissionais alinhados aos objetivos estratégicos da empresa, permitindo agregar os conhecimentos adquiridos aos valores e a cultura organizacional (EBOLI, 2004).

Menezes Filho (2001) relata que a questão educação e renda andam na mesma proporção, mesmo os indivíduos nascidos na mesma família e com características genéricas idênticas, os que estudaram mais tiveram melhores oportunidade de receber uma renda maior. Neste sentido, a procura pela informação e pelo conhecimento tece a economia de modo em geral, quanto maior o nível de educação da sociedade, maior será a exigência de profissionais gabaritados e com salários mais atraentes. No entanto, qualquer que seja a modalidade educacional de interesse, as tendências tecnológicas, dos meios de comunicação e interação far-se-ão parte das Instituições Educacionais.

6 CONCLUSÕES

O estudo destacou e analisou a Configuração do Sistema Educacional Brasileiro, apresentando uma nova perspectiva de estrutura educacional em pelo menos cinco modalidades, quais sejam: Educação Regular, Profissionalizante, Religiosa, Militar e Corporativa. Dentro dessas cinco perspectivas, pôde-se elaborar um esquema ilustrativo desta configuração no cenário nacional. Assim, foi possível identificar as tendências mercadológicas no âmbito da educação no Brasil, pois o desenvolvimento do país, nos últimos vinte anos, é visível e impactante na economia do planeta.

Haja vista que a globalização e inserção das tecnologias de informação e comunicação no ambiente do trabalho e vida das pessoas vêm alterando os processos de ensino-aprendizagem. Tem-se, por exemplo, o acesso livre as informações pela internet que abriu um novo mercado educacional, a do Ensino a Distância - EaD. Essa forma de ensino é tendência no Eixo Educacional regular, corporativo, profissionalizante, militar, religiosa. Assim, as Instituições de Educação terão pouco tempo para se adaptarem entre o presencial e o a distancia, bem como estarem alertas para novos desafios que deverão emergir nos próximos tempos.

É a educação sendo moldado e remodelando os critérios de aprendizagem e conceitos. Isto porque, com a era do conhecimento e informação hodierna, a tendência é investir na formação e capacitação do capital humano, voltados aos objetivos e a cultura organizacional. Portanto, uma nova modalidade de educação a ser anexada à Configuração do Sistema Educacional do Brasil é a Corporativa. Por isso, o estudo fez reflexões urgentes à re-leitura da LDB/96, pois ela precisa sofrer profundas reformas em sua estrutura que inclua a educação Corporativa, como mecanismo eficiente do Sistema Educacional Brasileiro. Esta reflexão considera, principalmente, o fato das empresas nacionais estarem em franco desenvolvimento de sua mão-de-obra, bem como o cenário competitivo ser favorável para a nação brasileira.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BELLO, J. L. de P. Educação no Brasil: a História das Rupturas. **Pedagogia em Foco**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 01 out. 2011.

BÔAS, R. V. **The Campus Experience**: Marketing para instituições de ensino. São Paulo, Summus: 2008.

BRASIL, Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 05 out. 2011.

BRASIL, Lei n. 7549, 11 de dezembro de 1986. **Dispõe sobre o ensino no Ministério da Aeronáutica.** Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128184/lei-7549-86>>. Acesso em: 05 out. 2011.

BRASIL, Lei n. 9.786, 8 de fevereiro de 1999. **Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.leidireto.com.br/lei-9786.html>>. Acesso em: 05 out. 2011.

BRASIL, Lei n. 11.279, 9 de fevereiro de 2006. **Dispõe sobre o Ensino na Marinha.** Disponível em: <<http://www.leidireto.com.br/lei-11279.html>>. Acesso em: 05 out. 2011.

BRASIL, Decreto n. 2.208, 19 de abril de 1997. **Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/d2208_97.htm. Acesso em: 05 out. 2011.

EBOLI, M. **Educação corporativa no Brasil: mitos e verdades.** São Paulo: Gente, 2004.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre : Bookman, 2004.

FRANÇA, M. T. A; GONÇALVES, F. O Sistema Educacional Brasileiro e os Mecanismos Perpetuadores da Desigualdade. **Seminário Diamantina.** Minas Gerais: CEDEPLAR, 2006. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A076.pdf>. Acesso em: 28 set. 2011.

HAIR Jr.; RABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração.** Porto Alegre : Bookman, 2005.

KAHNEY, Leander. **A cabeça de Steve Jobs.** Rio de Janeiro: Agir, 2009.

KIYOSAKI, R.; LECHTER, S. **Pai Rico, Pai Pobre: O que os ricos ensinam aos seus filhos sobre dinheiro.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LEITE, J. O. M. S. Proposta de Mudança do Sistema Educacional Brasileiro. **Monografias.com.** Belém/Pará, 2005. Disponível em: <<http://www.monografias.com/trabajos21/proposta-mudanca/proposta-mudanca.shtml>>. Acesso em: 27 set. 2011.

LUCKESI, Cipriano; COSMA, Elói Barreto José; BAPTISTA, Naidison. **Fazer Universidade: Uma proposta metodológica**. São Paulo: Cortez, 1995.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 4. Edição. São Paulo: Bookman, 2006.

MARTINS, A.; FUERTH, A. M. A. Educação Corporativa e o Processo de Requalificação Profissional das Empresas Brasileiras. **FSMA**. Macaé, n. 2 jul/dez 2008. Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/cadernos/Artigos/V2_artigo04.pdf>. Acesso em: 01 out 2011.

MEC. Parecer Homologado: Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 24/09/2008. **PORTALMEC**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb012_08.pdf. Acesso em: 01 out 2011.

MENEZES, S. G. Universidade Corporativa: Uma Educação Estratégica. **ABT**. Disponível em: <http://www.abt-br.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=309&Itemid=2>. Acesso em: 01 out 2011.

MENEZES-FILHO, N. A. A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho. **Instituto Futuro Brasil**, 2001. Disponível em: <http://www.ifb.com.br/documentos/artigo_naercio.pdf>. Acesso em: 01 out 2011.

MORAN, M. J. **Tendências da Educação Online no Brasil: Educação Corporativa e Educação a Distância**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

PEREIRA, A. N. **Pedagogia: A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano 28, n. 326, p. 17-31, jul. 1941b.

PRATTEIN, Aprender & Ensinar. A Educação Profissional no Brasil: ontem e hoje. **SENAI**. SP. Disponível em: <<http://prattein.publier.com.br/dados/anexos/76.pdf>>. Acesso em: 28 set 2011.

REGA, L. S. Educação Religiosa uma reflexão para os dias atuais: em busca de novos paradigmas para a educação religiosa. **I Conferência sobre Educação Cristã do Estado de Minas Gerais**. Convenção Batista Mineira/MG, 2 e 3 abr 2004.

RICHARDSON, R. J.; *et al.* **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANDES, W. F. Dilemas Ideológicos na Educação Policial Militar. **Fórum de Segurança**. Cuiabá/MT, 24 set 2007. Disponível em: <<http://forumseguranca.org.br/www2/node/21928>>. Acesso em: 01 out 2011.

VERGARA, S. C. V.. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2007.